

Assumindo o novo Milênio

A cada entre o pânico (ainda que amainado) da Aids e as expectativas do novo milênio, a década de 1990 assistiu a uma definitiva inserção de homossexuais no mercado, em todos os sentidos. O consumo guei, que continuou crescendo vertiginosamente, revelou aos olhos da sociedade a capacidade de consumir a partir de necessidades homossexuais. Assim, do Rio Grande do Sul ao Ceará, surgiram inúmeros jornais e revistas de teor mais cultural ou mais erótico, dirigidos ao público GLS, com alcance ora local, ora nacional, e tiragens freqüentemente de 10.000 a 30.000 exemplares. Ao lado da carioca *Sui Generis*, com pauta mais voltada para a área de comportamento, cultura e *show-biz*, apareceu a paulista *G Magazine*, que se tornou um fenômeno de vendas quando passou a apresentar em suas páginas fotos de artistas, cantores, roqueiros e jogadores de futebol não apenas nus mas expondo suas medidas íntimas muito rígidas. Com seus nus radicalmente sexuais, a *G Magazine* abriu portas nunca sonhadas pelos militantes da visibilidade homossexual: através de tiragens médias de 90.000 exemplares, que chegaram a atingir o pico de 150.000, o país inteiro podia conferir seus ídolos em poses explícitas ao gosto de outros homens, numa revista assumidamente guei. (E, no entanto, a *G Magazine* tem nas mulheres heterossexuais uma faixa calculada de 30% do seu público leitor.) Enquanto isso, nas grandes livrarias criaram-se seções especiais com livros de temática homossexual, sem falar da primeira livraria exclusivamente GLS do Brasil, a Futuro Infinito, em São Paulo, e das Edições GLS, editora especializada em livros de ficção e ensaio voltados para esse público. A efervescência mercadológica produziu, no Brasil, um novo empresariado homossexual com perfil mais definido e profissionalizado, que de

um modo ou de outro acabou se aproximando das lutas pelos direitos civis dos seus consumidores. Tanto assim que muitos deles filiaram-se à IGLTA (International Gay and Lesbian Travel Association), espécie de selo com a garantia GLS, formando uma rede de milhares de associados no mundo todo, para troca de informações e serviços no setor de viagens e lazer.

Nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para uma busca de maior integração social, ampliando os limites do gueto. A ênfase de um “movimento de massa” orientou-se para outros parâmetros, envolvendo a mídia, que desempenhou a função de *fazer chegar à massa*. Foi assim que os anos 90 apresentaram várias inovações fundamentais no liberacionismo homossexual brasileiro. A primeira e mais importante foi um verdadeiro ovo de colombo conceitual, que permitiu uma guinada política inteligente e nova: a implantação do conceito de GLS — abreviação para Gays, Lésbicas e Simpatizantes. A genialidade dessa saída foi introduzir num contexto brasileiro a idéia americana de *gay friendly*, de modo simples e adequado ao nosso *jeitinho*. Ou seja, houve uma apropriação da popularíssima sigla que qualificava certos modelos de carro nas categorias GL (Gran Luxo) e GLS (Gran Luxo Super), bem ao gosto da população média e de teor profundamente contemporâneo — o que facilitou a disseminação e implantação do conceito. De quebra, essa sutil referência aos acessórios de luxo superimplicava uma irônica referência ao fato de se ter “algo mais” além do trivial “papai-mamãe”. No conceito de GLS, o fundamental foi a introdução da idéia de simpatizante, muito adequada ao convívio pluralista das sociedades democráticas modernas, que tende a juntar num mesmo espaço físico ou ideológico pessoas antes excluídas da normalidade social. Um/a simpatizante pode tranqüilamente freqüentar um local GLS sem se sentir agredido/a, desde que também esteja disponível a aceitar as diferenças comportamentais presentes, em clima de mútua tolerância. Esse conceito permitiu certa flexibilização das fronteiras e, na menor das hipóteses, uma expansão do gueto. No limite, ele potencializou a ruptura do gueto homossexual, considerando que qualquer pessoa pode freqüentá-lo sem apresentar carteirinha comportamental determinada, o que tende a diluir o gueto, que pode abranger uma boate e um bar GLS, mas também uma loja e até mesmo um festival de cinema. Ou seja, o conceito GLS permitiu a democratização do território guei, atravessando barreiras e projetando homossexuais

para espaços mais amplos, dentro da sociedade. Trata-se de uma idéia convenientemente cômoda que, por não abrir de todo o jogo, sugere com sutileza possibilidades mais amplas. Mas também é verdade que a sigla GLS embute uma faca de dois gumes: por permitir uma interpretação dúbia e induzir à invisibilidade, pode criar, como efeito colateral, novas frentes para o enrustimento tão caro ao lado ruim do *jeitinho* brasileiro. Assim, quando havia oportunidade de ostentar a sigla, raros eram os GL (gays e lésbicas) visíveis. Por conveniência cultural, a maioria preferia relevar o S (simpatizante) — o que pôde ser comprovado nas camisetas fabricadas por empresas do Mercado Mundo Mix, com as pessoas ostentando o GLS estampado no peito, mas raramente dando destaque a outra sigla senão o S. Infelizmente, nessas circunstâncias, o S corre o risco de significar menos *Simpatizante* e muito mais *Suspeito/a*. Apesar de poder solapar o esforço de visibilidade tão caro aos grupos ativistas, o conceito GLS inaugurou uma fascinante margem de manobra que lhe prevê longa vida no conceituário brasileiro das novas culturas de resistência.

A sigla GLS facilitou o terreno para uma outra novidade da década: a eclosão, em larga escala, de atividades culturais claramente ligadas à homossexualidade, mas de repercussão social para além das fronteiras da cena guei. O caso mais exemplar foi o Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual, um amplo painel de filmes que investigam expressões marginais da sexualidade, cuja primeira edição ocorreu em 1993. Relacionado com outros festivais de igual teor em cidades como Nova York, Paris, Tóquio e México, o Mix Brasil é apresentado nas maiores cidades brasileiras, a partir de São Paulo. Ampliando rapidamente sua área de abrangência, ele passou a incluir pequenas mostras teatrais e exposições de artes plásticas e visuais, em diversos pontos das cidades, consagrados fora do gueto homossexual. Em São Paulo, por exemplo, o Mix Brasil já teve sua programação apresentada em vários museus e/ou centros culturais, além das principais salas de cinema de arte da cidade. Para se ter uma idéia do seu porte, em 1999 o festival apresentou 184 produções em cinema e vídeo, com longas e curtas-metragens de todo o mundo, além de 24 leituras e encenações de peças, assim como exposições em diversos locais de São Paulo, com extraordinária afluência de público. Sua importância cresceu ainda mais com os convidados de outros países, trazendo ecos das mais atrevidas experimentações e rupturas no terreno da sexualidade — desde astros pornô e diversos tipos de transgêneros (aí incluindo mulheres biológicas que tomam testosterona) até

artistas que criam sobre diferentes formas sexuais transgressivas, tais como sexo automutilatório e sadomasoquismo. O que alavancou o Mix Brasil foi o fato de ter inaugurado o primeiro *site* GLS brasileiro na Internet, em 1994, garantindo-lhe prestígio como evento cultural de ponta, que tendia para um *underground* não apenas glamoroso mas de forte apelo na mídia. Um exemplo da solidez desse trabalho foi o Cyber Leão (prêmio máximo) outorgado no Festival de Cannes de 1999 para o *banner* “Bolachas no bate-papo”, propaganda digital veiculada no site do Mix Brasil.

Nada disso teria sido possível sem que certos setores da sociedade se integrassem à recém-inaugurada postura de simpatizantes. Assim, os reflexos chegaram à própria universidade e áreas afins (tais como grupos de estudos e centros de pesquisa voltados à sexualidade, que se multiplicaram). Como resultado, começaram a ser produzidas, em número crescente, dissertações e pesquisas, direta ou indiretamente ligadas ao homoerotismo. Furando bloqueios de preconceito às vezes mais, às vezes menos explícitos, estudantes universitários de mestrado ou doutorado passaram a multiplicar suas investigações sobre os mais diversos temas relacionados com a vida homossexual no Brasil. Abordaram, entre outros, a representação homossexual no cinema e na literatura brasileira moderna ou do século XIX; os espaços urbanos freqüentados por homossexuais, na atualidade e no passado; a violência nas relações homossexuais; o travestismo masculino; a sexualidade lésbica; aspectos diversos da Aids no Brasil e sua repercussão, tanto na literatura quanto na imprensa brasileira; o projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo; a prostituição homossexual; a homossexualidade nas religiões afro-brasileiras etc. etc. É claro que a existência da Internet tornou muito mais ágil e diversificado o ativismo e facilitou muito a circulação de notícias. Além do Mix Brasil, foram criados inúmeros *sites* dirigidos a homossexuais de ambos os sexos (por exemplo, a revista eletrônica *Cio*, voltada para as lésbicas, dentro do Mix Brasil) e de diversas idades (o site do grupo Pagla visando a adolescentes em fase de assumir sua homossexualidade). Ao mesmo tempo, passaram a circular pela Internet boletins dos mais diversos teores, divulgando desde notícias internacionais relacionadas com o ativismo homossexual até atividades turísticas específicas para homossexuais.

Seguindo a tendência geral nos anos 90, a estratégia liberacionista ampliou seu sentido, ultrapassando os padrões convencionais de militância, até o ponto de se confundirem os limites entre atividades lúdicas, comerciais e militantes.

Tudo começou com o Mercado Mundo Mix, em meados da década, que surgiu como um evento de moda alternativa dirigida a um público GLS, e logo se tornou coqueluche dos antenados em várias cidades do Brasil. A maior evidência dessa mistura de objetivos foi a realização de uma Parada do Amor, de cunho GLS, no âmbito do Mercado Mundo Mix, acoplada à luta contra a Aids, em 1997. Visando a diversão e conquista de terreno, juntaram-se aí, significativamente, “uma causa e farta distribuição de camisinhas”.¹ Eventos assim tiveram ampla repercussão entre os *clubbers* e *ravers* de classe média, mas também entre os *cybermanos* das periferias, que passaram a compor novas tribos no panorama das grandes cidades, com seu estilo de vida preponderantemente homossexual. As atividades que misturavam vida noturna e afirmação de orgulho guei não se poderiam compreender sem a presença das *drag queens*, profissionais praticantes de um travestismo diferente da travesti siliconada e mais próximo das caricatas de carnaval, por sua postura escrachada. É óbvio que o conceito GLS teve uma importância fundamental também nesse âmbito, por permitir uma prática cultural diversificada e, ao mesmo tempo, sem a exasperação das bandeiras levantadas — digamos que se tratava de bandeiras, convenientemente, a meio-pau.

Tais fenômenos de diluição e retomada política criaram condições para o crescimento surpreendente da Parada GLBT (*Gay, Lésbica, Bissexual e Transgênero*) de São Paulo, outro evento de impacto no futuro da luta pelos direitos homossexuais no Brasil. Depois de reunir apenas 2.000 pessoas em 1997 e 7.000 em 1998, em junho de 1999 a 3ª Parada GLBT fez desfilar pelas avenidas centrais de São Paulo entre 20.000 e 30.000 pessoas — um fenômeno de massa inédito no país, acostumado a ter seus cidadãos/ãs homossexuais no anonimato.² Numa grande diversidade de idades, gostos e estilos, as pessoas presentes à Parada pareciam ter perdido o medo de ocultar suas identidades, ostentando rostos agora abertos, com alegria e descontração, e dançando ao som de carros de tipo trio elétrico, em meio à animação de vários carros alegóricos. Durante quatro horas, promoveu-se uma ampla visibilidade de massa, que tornou a Parada um evento político da maior importância, no contexto das lutas pelos direitos homossexuais no Brasil. Uma evidência da repercussão para além do gueto foi sua inclusão no calendário turístico da cidade de São Paulo. Mas nada disso aconteceu por acaso. Confirmando a tendência em abandonar a improvisação dos anos anteriores e implementar a profissionalização em todas

as instâncias, jovens militantes criaram a Associação da Parada GLBT, com registro em cartório e endereço fixo, além de página na Internet. Organizada em diversificadas equipes de trabalho, a Associação convidou empresários de estabelecimentos GLS para dar suporte financeiro e apoio logístico, em troca de divulgação do patrocínio. Acima de tudo, a Associação trocou o peso-morto da passeata de estilo operário-estudantil pela afirmação através da celebração e da festa — o que acrescentou um componente mais político ao consumismo guei, sem negá-lo.*

O crescimento da Parada não foi um fato isolado. Antes, resultou da eclosão de uma nova geração mais pragmática, dentro do movimento pelos direitos homossexuais. Assim, na última década do século XX, os grupos ativistas multiplicaram-se significativamente, em todo o país, e passaram a atuar de forma mais direta, respondendo às tendências e necessidades diversificadas da comunidade homossexual. Fundou-se em 1995 a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)*, procurando implementar políticas de liberação e coordenar ações em todo o país. Em 1999, criou-se também o *Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros*, voltado para atividades de direito homossexual no âmbito do estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, a pressão dos ativistas de direitos homossexuais levou a Secretaria de Segurança Pública a inaugurar um telefone *Disque-Denúncia Homossexual* e um Centro de Acompanhamento de Crimes e Discriminação contra Homossexual, em 1999. No mesmo ano, o grupo *Arco-Íris* passou a coordenar cursos de reciclagem sobre homossexualidade, para a polícia militar do Rio de Janeiro. Até mesmo travestis e transgêneros começaram a superar dificuldades básicas, para formar suas associações, como é o caso da ativíssima Astral, também do Rio de Janeiro, responsável por encontros anuais para discutir os direitos de travestis. Sinal dos novos tempos: o tradicional concurso de travestis *Miss Brasil Gay*, anualmente realizado em Juiz de Fora (MG), passou a integrar o calendário turístico oficial da cidade e se politizou através da criação paralela do *Rainbow Fest* (Festival do Arco-Íris), constituído de espetáculos, feira de produtos GLS, exposições de vídeos, exposições de arte e debates sobre homossexualidade, na semana anterior ao concurso, que em 1999 teve sua 23ª edição. Enquanto isso, em Campinas (SP), o grupo *Identidade* mobilizou a Justiça, ao propor uma ação judicial

*Para maiores detalhes, ler meu artigo "A Parada do nosso amor", no Apêndice 2.

contra o famoso padre-cantor Marcelo Rossi, por suas declarações consideradas homofóbicas, na televisão, em 1998. Como se vê, nem a religião ficou à margem do processo. Em São Paulo, a *Comunidade Cristã Gay*, em atividade desde 1998, veio oferecer culto ecumênico voltado exclusivamente para homossexuais que se sentiram alijados/as de suas igrejas.

No terreno jurídico, o ápice das lutas por direitos homossexuais ocorreu em torno da reivindicação pelo direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo. O elemento deflagrador foi o projeto de lei 1.151/95, conhecido como projeto de *Parceria Civil Registrada* e criado pela então deputada federal Marta Suplicy (PT), seguindo uma tendência internacional. A inclusão de casais juridicamente reconhecidos na pauta dos direitos homossexuais ficou bem clara na visão liberal (e muitas vezes discutível) de Andrew Sullivan. Para ele, o acesso do casamento civil a homossexuais é a pedra fundamental para que as sociedades incluam em seu seio, definitivamente, uma grande parcela de cidadãos/ãs produtivos mas abandonados ao seu próprio destino. Ao garantir o acesso a relacionamentos amorosos mais duradouros entre homossexuais, essa saída seria, segundo ele, essencial também para "a estabilidade emocional e segurança econômica" de homossexuais.³ Assim, assimilava-se o modelo do casamento heterossexual (antes contestado como fonte de todos os males) para buscar maior integração social. O Projeto de Parceria Civil Registrada de Marta Suplicy foi apresentado ao Congresso Nacional em 1995, num clima de ceticismo e assombro, seguido de uma polêmica campanha parlamentar de vários anos, em que não faltaram ofensas pessoais e piadas de mau gosto. Enquanto a comunidade homossexual do país acompanhava os fatos pelos jornais, distanciada e amedrontada, os políticos católicos e neopentecostais se uniram excepcionalmente, como um bloco coeso contra essa pretensão, para eles "antinatural".⁴ Depois de ter sua votação adiada inúmeras vezes, o projeto acabou sendo engavetado, por dificuldades de negociação.

A mobilização de homossexuais em torno da Parceria Civil Registrada foi decepcionante, apontando para um baixo índice de consciência política. Isso só confirmava uma suspeita, em si mesma desanimadora, de que não existia relação proporcional entre o gueto homossexual expandido e o aumento da consciência dos seus direitos. Nas eleições municipais de 1996, houve esforços isolados dos grupos liberacionistas, como um encontro, na Bahia, de pré-candidatos homossexuais de todo o país, que chegou a lançar uma plataforma elei-

toral comum. A maior comprovação da reduzida eficácia política do “voto homossexual” foi o resultado eleitoral catastrófico. Desses candidatos abertamente gueis e com plataforma reivindicatória de direitos, nenhum foi eleito, em todo o Brasil. De modo irônico mas muito emblemático, o único político abertamente homossexual e bem-sucedido nesse período foi um desconhecido travesti da cidadezinha de Colônia, no Piauí, eleito vereador pela primeira vez em 1993. Trata-se de Kátia Tapeti, pseudônimo de José Nogueira Tapeti Sobrinho, que costuma comparecer à câmara local em vestes femininas e tem marido, com aliança e tudo.⁵ Kátia não deixava dúvidas: “Sempre fui baitola, como se diz aqui. Mas queria mostrar que era possível vencer assim, até na política em terra de cabra macho.”⁶ Fazendo as vezes de dentista, assistente social e parteira, ela tornou-se uma líder comunitária e, com isso, foi o vereador mais votado de sua cidade, nas eleições de 1996. Posteriormente, quando se integrou ao movimento de liberação homossexual, Kátia Tapeti teve seu trabalho político apoiado sobretudo pela associação Astral de travestis do Rio de Janeiro, que chegou a doar-lhe uma linha telefônica, até então a única da cidade — fato que me foi narrado pela própria vereadora. Se os votos para Kátia não dependeram de homossexuais, sua visibilidade guei serviu de lição tanto para o isolacionismo das lideranças homossexuais quanto para a sociedade homofóbica, obrigada a engolir um travesti como um dos seus representantes legitimamente eleitos pela população. Com certeza, a vanguarda veio do Piauí.

Uma reversão nesse quadro político marcado pela pusilanimidade acabou ocorrendo por linhas tortas, anos depois. Nas eleições ao governo do estado de São Paulo, em 1998, a candidata Marta Suplicy recebeu um número de votos que quase a levou ao segundo turno, contra todas as previsões dos institutos de pesquisa eleitoral. A imprensa aventou a hipótese de “votos de última hora”, sobretudo das mulheres. Ora, Marta Suplicy vem merecendo veneração na cena homossexual. Já mencionei o fato, para mim marcante, das próprias *drag queens* comandarem *slogans* pró-Marta, dentro de diversos clubes noturnos por elas animados. Suspeitando que houvesse algo mais do que “votos de última hora”, montei e coordenei uma pesquisa para avaliar o impacto do voto homossexual em sua candidatura. A partir da consulta a homossexuais de ambos os sexos, em inúmeros *points* de seis cidades do estado (incluindo a capital), o resultado foi ainda mais surpreendente do que se poderia imaginar: 60% de homens e mulheres homossexuais votaram nela, com motivação explícita, em geral dire-

tamente ligada à sua orientação sexual. Ou seja, revelou-se que o voto homossexual tinha sido determinante no sucesso da candidatura de Marta Suplicy. Ficou claro que o segmento homossexual da população eclodia, definitivamente, como uma nova força no cenário político brasileiro.⁷ Afinal, alguma coisa tinha mudado neste reino do faz-de-conta.

Na última década do século XX, deve-se apontar ainda um ganho político significativo na questão da legislação brasileira sobre direitos homossexuais. Por todo o país, inúmeras Comissões de Direitos Humanos passaram a incluir a questão homossexual em suas preocupações — e já não era sem tempo. Mais: apesar de não ter sido inserido na nova Constituição Federal, o item antidiscriminatório por orientação sexual foi incluído na Lei Orgânica de quase uma centena de municípios e na Constituição de vários estados brasileiros.⁸ Até as altas esferas governamentais foram mobilizadas. Em 1999, realizou-se um Seminário Nacional de Cidadania Homossexual, no auditório da Câmara Federal, em Brasília. Promovido por entidades federais de direitos humanos em conjunto com a ABGLT, o seminário contou com a participação de lideranças homossexuais e altas autoridades da área de direitos humanos e do Ministério da Justiça. A maior tolerância judiciária acabou repercutindo no âmbito carcerário, em 1999, quando o secretário de Justiça de Pernambuco determinou que homens e mulheres homossexuais cumprindo pena em presídios do estado teriam direito a encontros conjugais (“visitas íntimas”) com parceiros/as — benefício que antes só contemplava detentos heterossexuais. Apesar das resistências previsíveis, entre religiosos, políticos e direções carcerárias, a medida foi comemorada pelas entidades ligadas aos direitos homossexuais de todo o país.⁹ Tal clima de conquistas teve efeitos benéficos até em setores considerados baluartes do conceito de normalidade, como a psicologia. Já em 1993, a Organização Mundial de Saúde eliminara o homossexualismo do seu CID (Cadastro Internacional de Doenças). Na mesma esteira, o Conselho Federal de Psicologia, que tem poder de vigilância ética em sua área profissional, promulgou a Resolução nº 1, de 1999, repudiando a discriminação a homossexuais, a partir de fatos denunciados pelo Grupo Gay da Bahia, sobre psicólogos que assessoravam igrejas pentecostais na “cura” de homossexuais. O texto da resolução começava deixando claro que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. Como os profissionais de psicologia atuam “segundo os princípios éticos da profissão”, visando ao “bem-estar das pessoas

e da humanidade”, estabelecia-se a norma de que eles “deverão contribuir, com seu conhecimento, para (...) o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas”. A resolução entrava em detalhes, tais como impedir que psicólogos exerçam “qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”, e determinava que, na práxis de consultório, eles não deveriam “adotar ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”.¹⁰

Homossexuais já não eram anormais, nem doentes. Mas só até certo ponto — como veremos.

NOTAS

1. Cf. “Aids une jovens na Parada do Amor”, de Bruna Monteiro de Barros, em *Folha de S. Paulo*, “Acontece”, 29 de junho de 1997, p. 1.
2. Cf. editorial do jornal *Paradão/SP News*, outubro de 1999, p. 2; “Parada Gay atrai 20 mil participantes”, de Paulo Sampaio, em *Folha de S. Paulo*, 28 de junho de 1999, p. 4-7.
3. Cf. *Praticamente normal (Uma discussão sobre o homossexualismo)*, de Andrew Sullivan, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, pp. 150-157.
4. Cf. *Um legítimo direito de cidadania: projeto de Lei 1.151, de 1995*, de Marta Suplicy, Câmara dos Deputados, Brasília, 1995. Para maiores detalhes sobre o clima político em torno do projeto de parceria civil registrada, ver no Apêndice 2 o meu artigo “Carta a Brasília”.
5. Cf. “Travesti se destaca como vereador”, de Mauro Sampaio, no jornal *Meio Norte*, Teresina, “Cidades”, 26 de março de 1995, p. 2.
6. Cf. “Travesti se torna líder político no sertão”, de Xico Sá, em *Folha de S. Paulo*, 26 de março de 1995, p. 1-14.
7. Cf. *O voto que ousa dizer seu nome*, de João Silvério Trevisan, em revista *República*, São Paulo, dezembro de 1998, p. 28; e *Voto homossexual*, de João Silvério Trevisan, em revista *Sui Generis*, nº 7, Rio de Janeiro, 1999, p. 29.
8. Cf. *Guia Brazil/Lesbigay Guide*, de Raimundo Pereira, J. C. Editora, Rio de Janeiro, 1996, p. 37; e *Lésbicas, Gays e a Legislação*, de Rosana Zaiden, Coletivo de Lésbicas Feministas, São Paulo, 1997, p. 20.
9. Cf. “Presos homossexuais terão encontro conjugal”, de Ciara Carvalho, em *Jornal do Commercio*, Recife, 29 de setembro de 1999, p. 1-Cidades.
10. Cf. *Resolução nº 1/99*, do Conselho Federal de Psicologia, promulgada em 23 de março de 1999, pela conselheira presidente Ana Mercês Bahia Bock.